



**ESTADO DE SERGIPE**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**PROJETO DE LEI Nº XXX/2026**  
**De 7 de janeiro de 2026**

Determina que, em caso de gravidez, sejam garantidas adaptações na realização de curso de formação para policiais das forças de segurança do Estado de Sergipe, e dá outras providências.

**Art. 1º.** Fica assegurado, no Estado de Sergipe, às mulheres grávidas matriculadas nos cursos de formação das forças de segurança do Estado de Sergipe, o direito à continuidade de seus estudos, mediante adaptação das atividades e dos requisitos de conclusão, de forma compatível com sua condição de gestante, observadas as normas de saúde e segurança.

**Parágrafo único.** Estão englobadas nas forças de segurança do Estado de Sergipe a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Civil e a Polícia Penal.

**Art. 2.** A aluna terá direito:

- I** – a matrícula e manutenção regular no curso de formação, sem risco de desligamento em razão da gravidez;
- II** – à adequação das atividades práticas e físicas, mediante laudo médico que assegure a preservação de sua saúde e a do nascituro;
- III** – à prorrogação ou readequação do calendário acadêmico, caso seja necessário afastamento temporário por motivo de licença gestacional;
- IV** – ao direito de realizar, em turno posterior, atividades incompatíveis com a gestação, sem prejuízo da carreira militar;
- V** – ao direito de conclusão do curso de formação em igualdade de condições com os demais, com preservação da antiguidade e da ordem de classificação obtida até o afastamento.

**Art. 3º.** Nos casos em que a gestante necessite afastar-se do curso por licença-maternidade, a administração da respectiva força de segurança deverá assegurar a sua inclusão na turma subsequente, sem prejuízo de sua carreira, direitos remuneratórios ou promoções futuras.



**Parágrafo único.** Nos casos previstos no *caput* deste artigo, a policial que for desligada de curso em virtude de licença-maternidade terá sua nota final computada para fins de promoção juntamente com a turma da qual fora desligada, ainda que tenha data de conclusão diversa dos demais e desde que, conclua o curso no prazo máximo de até 36 meses, após o desligamento.

**Art. 4º.** Não haverá qualquer prejuízo financeiro ou funcional decorrente da gravidez, considerando-se o tempo de afastamento por licença-gestacional como de efetivo serviço para todos os fins.

**Art. 5º.** As mulheres policiais da ativa que, antes da vigência desta lei, tenham sido desligadas de curso de formação das forças de segurança do Estado de Sergipe em razão de gravidez, terão o prazo de 6 meses, a contar da publicação desta norma, para requerer sua promoção e concorrência em igualdade de condições com a sua turma de origem, utilizando a nota final de sua formação, desde que tenham concluído regularmente o curso em momento posterior.

**Art. 6º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Lidiane Cecilia Azevedo Carvalho Lucena**  
**Deputada Estadual**



## **JUSTIFICATIVA**

A presente propositura, caros colegas, visa garantir às policiais das forças de segurança do Estado de Sergipe o estabelecido na Constituição Federal de 1988, ou seja, em vigência há 37 anos, especialmente quanto aos princípios da dignidade da pessoa humana, igualdade de gênero e proteção à maternidade.

Na Carta Magna, o art. 5º, I, indica expressamente que homens e mulheres são iguais, em direitos e obrigações, havendo a necessidade de conferir isonomia, não simples igualdade.

É necessário que possamos conferir igualdade aos iguais e desigualdade aos desiguais, considerando, desta forma, o caso concreto, em que direitos sejam garantidos às mulheres para que alcancem isonomia de condições em relação aos homens.

Ainda analisando a Constituição Federal, verificamos em outros momentos o esforço do legislador em possibilitar uma atenção à mulher, especialmente no que tange à proteção à gravidez e maternidade.

Em verdade, o que se busca é garantir que as mulheres que fazem a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Civil e a Polícia Penal do Estado de Sergipe tenham garantidos os seus direitos por sua condição natural.

A maternidade é um dos momentos mais sublimes da condição humana, não podendo ser razão para prejudicar a mulher que carrega nova vida em seu ventre.

Precisamos ter um olhar voltado à policiais do nosso estado que trabalham para garantir a vida e segurança da sociedade, sem afastar delas a possibilidade de maternar.

Evidente que para que tenham progressão na carreira as policiais do Estado de Sergipe precisam realizar cursos, sendo impensável que a maternidade seja obstáculo para tanto, razão pela qual é apresentada esta lei, conciliando a evolução profissional com a condição da mulher.

A partir do aqui apresentado e contando com a compreensão de Vossas Excelências na luta por causa tão justa e urgente, para que haja uma sociedade



mais fraterna, segura, protetora e igualitária é que pleiteio o apoio para aprovação deste Projeto de Lei.

Aracaju, 7 de janeiro de 2026.

**Lidiane Cecilia Azevedo Carvalho Lucena**  
**Deputada Estadual**



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100310033003800310032003A005000

Assinado eletronicamente por **Lidiane Lucena** em 13/01/2026 08:41

Checksum: **905E4CA0854DDE7E07CEC6204A881E72258E13A7E358F20DA5345020EF512A96**



Autenticar documento em <https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade>  
com o identificador 3100310033003800310032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.